

## O papel da Polícia Militar do Pará na prevenção da violência escolar: contribuições teóricas e institucionais

The role of the Military Police of Pará in preventing school violence:  
theoretical and institutional contributions

Miguel Moura do Nascimento<sup>1</sup>  
Nayara Ferreira dos Anjos Nascimento<sup>2</sup>  
Eronias Gomes Leal Filho<sup>3</sup>  
Rômulo Santos Silva<sup>4</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, analisa-se o papel da Polícia Militar do Estado do Pará na prevenção da violência escolar, destacando como suas ações educativas e institucionais ajudam a construir um ambiente mais seguro e pacífico. Parte-se do princípio de que a violência nas escolas é um problema social complexo, alimentado por desigualdades, vulnerabilidade dos jovens, exclusão, conflitos familiares e drogas, afetando diretamente o aprendizado e a convivência. O objetivo é entender como a corporação contribui para evitar essa violência com ações preventivas, educativas e comunitárias. Para isso, fez-se um estudo bibliográfico e documental, de caráter qualitativo e descritivo, investigando livros, artigos, leis e documentos oficiais sobre o tema. Os resultados mostram que atividades como rondas escolares, palestras, mediação de conflitos e programas preventivos reduzem bastante os episódios de violência nas escolas. O estudo também reforça a necessidade de unir forças entre escola, família, comunidade e instituições públicas para incentivar a cidadania, o diálogo e a paz. Conclui que prevenir a violência exige políticas públicas integradas e educação contínua para manter a escola como um espaço seguro, democrático e acolhedor.

**Palavras-chave:** Violência escolar; Polícia Militar; Segurança pública; Educação preventiva; Cultura de paz.

**ABSTRACT:** This article analyzes the role of the Military Police of the State of Pará in preventing school violence, highlighting how its educational and institutional actions help build a safer and more peaceful environment. It starts from the principle that violence in schools is a complex social problem, fueled by inequalities, vulnerability of young people, exclusion, family conflicts, and drugs, directly affecting learning and coexistence. The objective is to understand how the corporation contributes to preventing this violence through preventive, educational, and community actions. To this end, a bibliographic and documentary study of a qualitative and descriptive nature

---

<sup>1</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

<sup>2</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

<sup>3</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

<sup>4</sup>Polícia Militar do Estado do Pará.

was carried out, investigating books, articles, laws, and official documents on the subject. The results show that activities such as school patrols, lectures, conflict mediation, and preventive programs significantly reduce episodes of violence in schools. The study also reinforces the need to join forces between school, family, community, and public institutions to encourage citizenship, dialogue, and peace. I conclude that preventing violence requires integrated public policies and continuous education to maintain the school as a safe, democratic, and welcoming space.

**Keywords:** School violence; Military Police; Public safety; Preventive education; Culture of peace.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência na escola tem se transformado em uma das nossas maiores preocupações hoje em dia, principalmente quando vemos de perto o avanço das agressões, do bullying e de tantas outras brigas no dia a dia dos alunos. Nos últimos tempos, esses episódios envolvendo estudantes, professores e funcionários ganharam muito espaço nas nossas conversas e debates, mostrando que precisamos urgente de ações preventivas que tragam de volta a segurança e nos ajudem a construir uma convivência mais pacífica no ambiente de ensino.

A escola, que sempre enxergamos como aquele lugar sagrado para aprender, crescer e nos preparar para a vida cidadã, hoje enfrenta sérios problemas com a insegurança e o desgaste das relações humanas. Quando a violência entra na sala de aula, ela atrapalha diretamente o aprendizado, prejudica as notas dos jovens e deixa marcas emocionais profundas em todos nós — alunos, famílias e educadores. Sabemos que questões difíceis como a desigualdade, a exclusão, os perigos da internet, as drogas e os problemas familiares acabam alimentando essa triste realidade.

Diante disso, fica claro que não podemos deixar a escola resolver tudo sozinha; precisamos unir forças com as famílias, com a comunidade e com os órgãos públicos que cuidam da nossa proteção social. Prevenir a violência exige de nós estratégias bem pensadas e integradas, que consigam fortalecer uma verdadeira cultura de paz, abrindo espaço para o diálogo sincero no cotidiano escolar.

Nesse esforço coletivo, queremos destacar o papel da Polícia Militar do Estado do Pará, que tem feito um trabalho preventivo essencial nas escolas através da ronda escolar, palestras, conversas de conscientização, mediação de conflitos e ações com a

comunidade. Esse trabalho de prevenção feito pela PM não serve apenas para conter a violência quando ela acontece, mas busca, acima de tudo, criar laços de confiança com a comunidade escolar e nos ajudar a construir espaços de aprendizado muito mais seguros e acolhedores.

Olhando para esse cenário desafiador, nossa pesquisa parte de uma pergunta central: de que maneira a Polícia Militar do Pará pode contribuir para evitar a violência na escola por meio de suas ações educativas e institucionais? A partir desse questionamento, buscamos entender como essas práticas preventivas da corporação ajudam a reforçar a segurança no dia a dia das escolas e a incentivar uma convivência harmoniosa entre alunos, professores e toda a comunidade ao redor.

Escolhemos pesquisar esse tema porque ele mexe com todos nós, especialmente diante do aumento de casos de violência e de como isso prejudica o desenvolvimento dos estudantes. Acreditamos que discutir a atuação preventiva da Polícia Militar nos colégios nos ajuda a ampliar os debates sobre segurança, educação e o cuidado com a infância e juventude. Além disso, queremos dar nossa contribuição para que as ações preventivas ganhem força e ajudem a semear a paz nas salas de aula.

No campo acadêmico, nosso trabalho quer aprofundar as discussões sobre a violência no ambiente de ensino e as formas de evitá-la, mostrando que educação e segurança pública precisam caminhar de mãos dadas. Socialmente, essa conversa é de extrema importância para nós, pois envolve proteger nossas crianças e adolescentes, valorizando a escola como esse espaço tão fundamental para a formação humana de cada um deles.

Nosso grande objetivo aqui é analisar de perto como a Polícia Militar do Pará atua na prevenção da violência escolar, apontando suas ações educativas que ajudam a fortalecer a segurança e a paz nas escolas. Para chegarmos lá, definimos alguns passos específicos: primeiro, vamos debater o conceito de violência escolar e seus impactos na aprendizagem; depois, pretendemos mapear as principais atividades preventivas da PM paraense nas salas de aula; e, por fim, queremos refletir sobre a importância dessa união indispensável entre segurança pública e educação.

Para construir este caminho, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa e um olhar descritivo sobre o tema. Mergulhamos na leitura de livros, artigos científicos, leis e documentos oficiais que

tratam de violência escolar, segurança, policiamento comunitário e do trabalho preventivo da PM. Essa jornada de estudos e leituras nos deu a base teórica de que precisávamos para compreender o problema e enxergar a real diferença que as ações preventivas fazem na rotina das nossas escolas.

Este trabalho estrutura-se em seções distintas. Primeiramente, delinea-se um referencial teórico acerca da violência escolar, examinando suas definições, origens e repercussões no cenário pedagógico. Na sequência, investiga-se a correlação entre segurança pública e educação, enfatizando a relevância de ações preventivas e do policiamento comunitário para fomentar a cultura de paz. Adiante, analisa-se o papel da Polícia Militar do Pará na mitigação desse fenômeno, evidenciando suas iniciativas institucionais, projetos educativos e os óbices enfrentados na atuação junto às escolas. Por fim, expõem-se os achados e discussões do estudo, seguidos pelas reflexões conclusivas sobre a importância de intervenções proativas para consolidar a proteção e a convivência pacífica no ambiente de ensino.

## **2 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONCEITOS E DESAFIOS**

A hostilidade no âmbito acadêmico consolidou-se como um dos maiores desafios da educação atual, sobretudo devido à ascensão de desavenças, atos agressivos e condutas discriminatórias no cotidiano escolar. Essa problemática transcende a violência física, abrangendo dimensões de cunho psicológico, simbólico e verbal que comprometem severamente o amadurecimento dos discentes, a harmonia coletiva e o rendimento pedagógico. Diante disso, a apreensão das causas e particularidades que fomentam essa realidade faz-se indispensável para estruturar políticas de prevenção e intervenções institucionais que viabilizem a consolidação de uma cultura de paz.

### **2.1 Conceito de violência escolar**

O fenômeno da violência no âmbito escolar abrange qualquer conduta ou ato que resulte em prejuízos físicos, psíquicos, morais ou sociais no ecossistema educativo. Conforme adverte Miriam Abramovay, tais manifestações assumem variadas facetas, estando intrinsecamente vinculadas tanto às interações interpessoais quanto às

disparidades socioeconômicas vigentes. Sob a ótica da pesquisadora, a instituição de ensino não se encontra alheia às vicissitudes sociais, funcionando, aliás, como um microcosmo que reverbera os antagonismos presentes nos núcleos familiar e comunitário.

Dentre as manifestações mais habituais sobressai a violência física, caracterizada por investidas corporais, alterações e quaisquer atos que vulnerem a integridade do indivíduo. Esse comportamento hostil propaga sentimentos de vulnerabilidade e temor entre os discentes, comprometendo a harmonia da convivência coletiva e o próprio rendimento acadêmico.

Paralelamente, a agressão de ordem psicológica goza de expressiva recorrência nos educandários, exteriorizando-se através de coações, vexames, perseguições e dinâmicas de marginalização. Conquanto careça de vestígios corpóreos, suas repercussões psíquicas revelam-se devastadoras, solapando a autoestima, a segurança pessoal e a higidez mental dos afetados. Não raro, tal prática associa-se ao bullying, fenômeno crônico no cenário escolar.

Cumprido resgatar a categoria da violência simbólica, formulada por Pierre Bourdieu. Segundo o sociólogo, essa violência opera de modo velado, na medida em que segmentos hegemônicos impõem preceitos, referenciais culturais e condutas tidos como superiores, fomentando a marginalização. No espaço escolar, tal assimetria evidencia-se nas práticas discriminatórias de cunho social, étnico-racial, cultural ou econômico dirigidas aos estudantes alheios aos padrões dominantes.

Ademais, as ofensas verbais configuram um óbice de monta nas instituições de ensino, materializando-se em injúrias, alcunhas pejorativas, achincalhes e pronunciamentos eivados de preconceito. Posto que frequentemente banalizada na rotina escolar, essa vertente de agressividade concorre de forma decisiva para a escalada de conflitos e para a eclosão de distúrbios emocionais.

Na perspectiva de Bernard Charlot, o fenômeno em tela demanda uma análise pautada tanto pelas interações sociais tecidas no cotidiano pedagógico quanto pelas circunstâncias de vulnerabilidade dos discentes. O estudioso preconiza que a violência não se esgota em uma explicação puramente individualizante, devendo ser interpretada como reflexo de condicionantes estruturais — sociais, econômicas e culturais — que incidem sobre a realidade escolar.

Em suma, dada a sua natureza multidimensional, a violência escolar impõe uma atuação articulada entre escola, núcleo familiar, sociedade e poder público. Tal sinergia revela-se imprescindível para o fomento de interações pautadas pela alteridade e pela inclusão no cenário pedagógico.

## **2.2 Principais fatores que contribuem para a violência escolar**

O recrudescimento da hostilidade nas instituições de ensino decorre de múltiplos fatores, sobressaindo a disparidade socioeconômica que caracteriza expressiva parcela da população brasileira. A marginalização financeira, a privação de prerrogativas fundamentais e a precariedade das condições de vida fomentam sentimento de indignação, desamparo e fragilidade social, os quais repercutem de maneira direta na conduta dos educandos.

Adicionalmente, a instabilidade no núcleo familiar desponta como outro elemento preponderante nesse fenômeno. A escassez de diálogo, as desavenças domésticas, o abandono afetivo e a exposição à agressividade domiciliar comprometem sensivelmente a evolução psíquica de crianças e adolescentes. Sendo a célula familiar indispensável para a estruturação ética e cívica do indivíduo, sua cooperação com a instituição escolar torna-se vital para consolidar preceitos de alteridade, respeito mútuo e harmonia social.

Cumprido salientar, de igual modo, o impacto da segregação social nesse panorama. Diversos discentes são alvo de estigmatização motivada por disparidades econômicas, etnia, credo, atributos físicos ou expressões identitárias, culminando em processos de marginalização e rejeição coletiva. Tais circunstâncias propiciam a emersão de embates interpessoais, percepções de menor valia e condutas de teor belicoso.

O consumo de entorpecentes configura óbice adicional enfrentado pela comunidade acadêmica. O envolvimento prematuro com substâncias ilícitas não apenas propicia a inserção de jovens em dinâmicas de delinquência, mas também deteriora o desempenho pedagógico e as interações cotidianas. Paralelamente, a atuação do narcotráfico em territórios vulnerabilizados atrai os adolescentes para o espectro infracional, maximizando sua exposição a perigos sociais.

No debate hodierno, a repercussão dos meios virtuais de interação assume papel de relevo. O progresso tecnológico catalisou a incidência da intimidação sistemática no meio digital, conhecida como cyberbullying, expediente que instrumentaliza a rede para difamar, intimidar, expor ou depreciar outrem. A celeridade na disseminação de mensagens hostis pelas mídias sociais potencializa o desgaste psicológico dos afetados e obstaculiza a mitigação de tais investidas.

Diante desse quadro, a prática do assédio moral e físico desponta como uma das manifestações mais habituais de agressividade escolar. Esse fenômeno caracteriza-se por condutas hostis e reiteradas contra indivíduos de maior vulnerabilidade, manifestando-se de forma corporal, verbal ou psicológica. Tal comportamento debilita drasticamente a integridade psíquica dos estudantes atingidos, obstando seu pleno engajamento no processo pedagógico.

Em suma, a hostilidade no ambiente escolar decorre de uma conjuntura multifacetada que abrange esferas sociais, familiares, culturais e econômicas. Urge, por conseguinte, a implementação de políticas públicas intersetoriais e de estratégias profiláticas que estimulem a inclusão, viabilizem o debate democrático e consolidem os vínculos interpessoais no ambiente de ensino.

### **2.3 Impactos da violência no ambiente escolar**

As repercussões da violência escolar estendem-se para além dos indivíduos diretamente atingidos, reverberando em toda a comunidade. Dentre os desdobramentos mais críticos, destaca-se o abandono escolar, motivado por receio permanente, insegurança ou óbices na convivência. Como salvaguarda contra hostilidades e vexames, diversos discentes opta por interromper sua frequência às aulas.

Paralelamente, constata-se um declínio acentuado no rendimento acadêmico. A agressividade compromete a capacidade de concentração, a motivação e o engajamento discente nas atividades propostas. Cenários permeados por tensões contínuas obstaculizam a assimilação do saber, inviabilizando o pleno desenvolvimento intelectual dos estudantes. O temor generalizado consolida-se igualmente como subproduto habitual desse panorama hostil. Alunos, educadores e colaboradores passam a compartilhar uma sensação permanente de vulnerabilidade no recinto escolar, o que

deteriora o convívio social e prejudica sensivelmente o clima organizacional da instituição.

Ademais, tal conjuntura propicia o surgimento de transtornos emocionais, como ansiedade, depressão, estresse crônico, baixa autoestima e retraimento social. Em casos graves, essas sequelas psicológicas perpetuam-se ao longo da trajetória do indivíduo, repercutindo em suas esferas pessoal e social. Há, outrossim, um severo comprometimento do aprendizado: concebida como polo de acolhimento e produção de conhecimento, a escola, ao ser maculada pela violência, abdica de seu papel socializador, o que inviabiliza a formação holística dos educandos.

À luz dessa realidade, urge implementar estratégias profiláticas e pedagógicas orientadas à consolidação de uma cultura de paz, pautada pela tolerância mútua e coexistência harmoniosa. A articulação coordenada entre a instituição de ensino, o núcleo familiar, a sociedade e o poder público revelam-se imprescindível para mitigar a violência e assegurar um ecossistema educacional protetivo e inclusivo.

### **3 SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO**

O debate acerca da segurança no âmbito escolar tem adquirido expressiva relevância frente ao aumento de episódios violentos contra discentes, docentes e demais colaboradores. Nesse panorama, faz-se imperioso compreender que o ordenamento da segurança transcende o caráter meramente repressivo estatal, abarcando ações preventivas que fomentem a salvaguarda social, o exercício da cidadania e a criação de ambientes pedagógicos acolhedores. Assim, a articulação sinérgica entre os setores da educação e da segurança pública configura-se como um mecanismo indispensável para a difusão de uma cultura de paz e a efetiva mitigação da violência.

#### **3.1 Segurança pública como direito social**

A salvaguarda coletiva configura-se como prerrogativa essencial assegurada pela Carta Magna de 1988, competindo ao Poder Público viabilizar a integridade social e a manutenção da paz social. Conforme preceitua o artigo 144 do texto constitucional, essa incumbência estatal é operacionalizada por corporações especializadas, incluindo as

forças policiais civis e militares, além de outros órgãos de segurança correlatos. Sob essa ótica, a intervenção do Estado deve transcender o mero combate punitivo à criminalidade, orientando-se igualmente para a mitigação de conflitos e a efetivação da tutela social.

A intersecção entre a ordem pública e a esfera pedagógica evidencia-se ao conceber a instituição de ensino como um reduto inviolável para o pleno amadurecimento dos discentes. É imperioso que o ecossistema acadêmico propicie circunstâncias favoráveis ao aprendizado, à socialização e ao exercício da cidadania, resguardando os indivíduos contra episódios de hostilidade, preconceito e vulnerabilidade.

Ademais, a Lei Maior de 1988 preconiza a tutela irrestrita da infância e da juventude como incumbência de máxima relevância partilhada entre o poder público, o núcleo familiar e a coletividade. Tal postulado obteve maior densidade jurídica com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, diploma legal que consolidou garantias essenciais voltadas à preservação da integridade física, psíquica, moral e social desse público vulnerável.

O referido diploma protetivo preconiza que os menores de idade devem ser blindados contra quaisquer atos de omissão, agressividade, segregação ou abuso. Por conseguinte, mitigar a violência no âmbito escolar deixa de ser uma atribuição exclusiva das entidades docentes, configurando-se como um dever compartilhado com os agentes de segurança e as demais esferas governamentais.

Outrossim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reitera o papel do ensino formal na consolidação dos valores cívicos e da harmonia comunitária. A LDB concebe o processo pedagógico como vetor indispensável para a estruturação ética e humana dos cidadãos, o que colabora de forma direta para a dissuasão de condutas violentas e o fomento de vínculos fundados no respeito mútuo e na cooperação.

Diante desse cenário, a responsabilidade estatal transcende a mera vigilância urbana, demandando a formulação de diretrizes governamentais que articulem as áreas policial e pedagógica. A presença preventiva das forças de segurança, com ênfase no perímetro escolar, constitui um valioso instrumento de amparo aos jovens, de modo a potencializar iniciativas pedagógicas e sociais consagradas à edificação de uma cultura de paz.

### **3.2 Policiamento comunitário e prevenção**

A segurança pública encontra no policiamento comunitário uma ferramenta primordial para estreitar os laços entre o Estado e a sociedade civil. Em contraste com o paradigma convencional de cunho estritamente repressivo, essa metodologia privilegia a interlocução, a cooperação mútua e o estabelecimento de vínculos de confiança, viabilizando o diagnóstico de demandas locais e a elaboração conjunta de medidas preventivas.

Tal filosofia operacional baseia-se na premissa de que a ordem pública constitui uma construção coletiva, a qual demanda o engajamento ativo de cidadãos, instituições de ensino, núcleos familiares e entidades assistenciais. No contexto acadêmico, essa abordagem consolida a credibilidade recíproca entre discentes, docentes e forças policiais, o que atenua divergências e mitiga ocorrências hostis.

A inserção cotidiana no ecossistema escolar propicia à corporação militar uma compreensão aprofundada das circunstâncias sociais dos discentes, facilitando o mapeamento de vulnerabilidades associadas à criminalidade, ao consumo de entorpecentes e à exclusão. Conseqüentemente, a intervenção policial transcende o mero caráter reativo das situações de crise, incorporando diretrizes pedagógicas, profiláticas e formativas.

Dentre as principais frentes de trabalho implementadas nos colégios, sobressaem-se os colóquios instrutivos, o patrulhamento escolar contínuo, a conciliação de controvérsias e as mobilizações voltadas à formação cidadã da juventude. Tais iniciativas consolidam a sinergia entre o corpo docente, as famílias e os órgãos estatais, o que fomenta a estruturação de ambientes propícios ao aprendizado seguro.

Adicionalmente, a vertente preventiva de caráter social constitui pilar indispensável desse escopo, visando mitigar os fatores estruturais da criminalidade mediante práticas integrativas, artísticas e pedagógicas que reduzam a marginalização. Sob essa ótica, o estabelecimento de ensino se consolida como agente catalisador de cidadania e inclusão, transformando a realidade dos indivíduos.

Evidencia-se, dessarte, que este modelo representa um mecanismo valioso contra a violência escolar, pois viabiliza a harmonia entre segurança e pedagogia,

sedimentando relações fundadas na confiança e no dever compartilhado.

### **3.3 Cultura de paz no ambiente escolar**

A edificação de uma cultura de harmonia no espaço acadêmico configura-se como um dos maiores desafios da pedagogia contemporânea. Diante da escalada de episódios violentos, de intolerância e de fricções sociais, torna-se imperioso consolidar práticas pedagógicas orientadas à reciprocidade, à convivência sob preceitos democráticos e à estimulação do pluralismo.

Nesse cenário, a interlocução assume papel preponderante na consolidação dessa atmosfera pacífica. É por intermédio do debate franco que discentes, docentes e núcleos familiares conseguem dirimir controvérsias de maneira harmoniosa, estreitando laços mais salubres e cordiais. Essa prática estimula a escuta ativa, a aceitação de divergências e a elaboração conjunta de saídas para as adversidades cotidianas do ambiente letivo.

Ademais, a mediação de disputas desempenha uma função de destaque nessa conjuntura. Essa metodologia visa dirimir impasses valendo-se da comunicação assertiva, da concertação e do respeito mútuo entre os envolvidos. No ecossistema escolar, tal intervenção impede a escalada de hostilidades e favorece o robustecimento dos vínculos interpessoais.

Sob outra perspectiva, o fomento à cidadania desponta como pilar indispensável. Compete à instituição de ensino inculcar princípios éticos, a exemplo da responsabilidade social, da solidariedade, da empatia e da salvaguarda dos direitos humanos, de modo a capacitar as novas gerações para o convívio social e para o engajamento cívico. Esse viés educativo concorre diretamente para mitigar a agressividade e consolidar o regime democrático.

Mostra-se igualmente crucial a adoção de uma pedagogia profilática como vetor de concórdia nas escolas. Mediante intervenções formativas, colóquios, campanhas de sensibilização e diretrizes pedagógicas estruturadas, viabiliza-se a conscientização de infantes e jovens acerca dos perigos associados à violência, à discriminação, às dependências químicas e a demais condutas nocivas à coletividade.

Diante disso, a sinergia entre o corpo docente, as famílias, a comunidade e os

órgãos de segurança pública revelam-se imperativa para a estruturação de ambientes educacionais mais acolhedores e protegidos. Afinal, a consolidação de um ambiente pacífico demanda esforços permanentes de prevenção, entendimento mútuo e respeito à dignidade humana, fatores determinantes para a formação de indivíduos conscientes de suas obrigações e devotados ao bem comum.

#### **4 PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**

O avanço da hostilidade no ambiente acadêmico configura um óbice complexo à sociedade atual, o qual demanda a articulação sinérgica de diversos setores civis na elaboração de mecanismos pedagógicos e preventivos. Sob essa ótica, a Polícia Militar do Pará desempenha um papel preponderante ao viabilizar iniciativas que visam resguardar a integridade das comunidades escolares, estimulando de forma direta a harmonia e o convívio social. Para além de suas atribuições clássicas de policiamento ostensivo, a corporação tem expandido sua inserção em programas sociais e instrutivos, estreitando laços com os cidadãos a fim de mitigar conflitos preventivamente nos educandários.

##### **4.1 A Polícia Militar do Pará e sua função social**

Compete à Polícia Militar do Estado do Pará, em sua missão institucional, a salvaguarda da ordem pública e a tutela da sociedade, agindo na prevenção e no combate às diversas manifestações de violência. Respalhada pelo artigo 144 da Constituição Federal, a corporação desempenha papel fulcral na segurança pública, incumbindo-se do policiamento ostensivo e da preservação da paz social. Contudo, o escopo de atuação da Polícia Militar transcende o caráter puramente repressivo. Nas últimas décadas, a corporação passou a adotar diretrizes de assistência social, estreitando laços com as comunidades e consolidando iniciativas preventivas em espaços públicos, sobretudo no ambiente escolar. Essa transição reflete a necessidade de estruturar modelos de segurança pública mais humanizados e sintonizados com as demandas sociais.

No ambiente escolar, o policiamento preventivo visa mitigar episódios de

violência, fomentar a interlocução e robustecer a proteção da comunidade educativa. A inserção da corporação nas escolas, sob uma perspectiva pedagógica e comunitária, propicia a consolidação de relações sustentadas pelo respeito mútuo, pela confiança e pela cooperação recíproca entre discentes, docentes e policiais.

Ademais, a corporação exerce relevante papel assistencial no direcionamento de crianças e jovens vulneráveis. Com frequência, estudantes expostos à violência doméstica, ao abuso de entorpecentes, à criminalidade e à marginalização encontram, nas ações preventivas implementadas pelo órgão, canais de instrução, amparo e conscientização.

Por fim, o encargo social da Polícia Militar vincula-se à promoção da cidadania e à salvaguarda dos direitos fundamentais. Sob esse prisma, a instituição opera não apenas como força de segurança, mas como copartícipe da escola na difusão de preceitos éticos e cívicos, cooperando para a inibição da violência e para a consolidação da convivência democrática.

#### **4.2 Programas e ações preventivas nas escolas**

No rol de estratégias da Polícia Militar do Pará para coibir a violência nas escolas, sobressaem-se as patrulhas preventivas, os colóquios de orientação e os programas de conscientização juvenil. Tais ações visam estreitar o vínculo entre a corporação e o corpo escolar, consolidando condutas de proteção mútua no ecossistema de ensino.

O patrulhamento nas adjacências das instituições configura um vetor essencial de segurança ostensiva. A presença da corporação reduz substancialmente atos de vandalismo, tráfico de entorpecentes e conflitos estudantis. Ademais da salvaguarda física do espaço, essa vigilância propicia um clima de serenidade a docentes, discentes e familiares.

Paralelamente, às palestras educativas constituem um valioso recurso preventivo. Por meio dessas apresentações, os policiais instruem o corpo discente sobre assédio moral, respeito à diversidade, cidadania, direitos humanos e prevenção ao uso de drogas. Essas ações informativas conscientizam os jovens sobre as repercussões de suas condutas, fomentando a coexistência harmônica.

A dissuasão do consumo de psicotrópicos também assume papel central nas atividades escolares da corporação. A vulnerabilidade de adolescentes frente a substâncias ilícitas é um grave problema social, correlacionado à evasão escolar e à criminalidade. Assim, iniciativas que promovam a conscientização juvenil mitigam riscos sociais e fortalecem a proteção desse público.

Cumprir destacar, igualmente, a orientação direta aos educandos. Ao interagir no ecossistema escolar, a Polícia Militar desempenha papel pedagógico, pautando diálogos sobre disciplina, responsabilidade e convivência social. Esse engajamento recíproco facilita a edificação de elos de confiança entre a juventude e as instituições de segurança pública.

A mediação de conflitos sobressai como outro método preventivo de alta relevância. Diversos episódios de hostilidade originam-se de rugas interpessoais passíveis de resolução por vias dialógicas. Sob essa perspectiva, a atuação policial preventiva antecipa-se ao acirramento das tensões, viabilizando soluções pacíficas para as divergências cotidianas no ambiente de aprendizagem.

Desse modo, as diretrizes implementadas pela Polícia Militar do Pará evidenciam que a dissuasão da violência escolar transcende a mera repressão. Exige-se, fundamentalmente, a articulação de programas pedagógicos, sociais e comunitários voltados à consolidação da cidadania plena e à construção de uma cultura de paz.

### **4.3 A parceria entre escola, família e Polícia Militar**

Combater a hostilidade no meio educacional exige a sinergia entre corpo docente, núcleo familiar, sociedade e poder público. De forma isolada, nenhum desses agentes consegue mitigar as adversidades ligadas à insegurança nas instituições de ensino. Sob essa ótica, o estabelecimento de alianças estratégicas consolida-se como preceito indispensável para robustecer as iniciativas preventivas.

O engajamento coletivo nas ações promovidas pela corporação militar viabiliza a expansão dos canais de interlocução e a confiança mútua entre os diversos segmentos civis. A inserção proativa de docentes, gestores, discentes e familiares nas frentes de prevenção fomenta uma atmosfera de cooperação, empenhada no resguardo da ordem e na convivência harmônica.

Cabe ao núcleo familiar um protagonismo indiscutível nessa dinâmica. A supervisão atenta do percurso acadêmico dos jovens, a comunicação constante e a transmissão de valores éticos constituem alicerces para conter condutas hostis. Por outro lado, a lacuna no acompanhamento parental tende a expor os discentes à vulnerabilidade social e a impulsionar comportamentos agressivos.

Sob esse prisma, a cooperação mútua entre o colégio e a força policial atua no estreitamento dos laços sociais e institucionais. A atuação dos agentes de segurança nas dependências de ensino, quando fundamentada no respeito e no amparo pedagógico, propicia uma salutar aproximação com os estudantes e com a comunidade circundante.

A salvaguarda compartilhada figura como o escopo primordial dessa articulação. Graças ao esforço integrado, viabiliza-se o mapeamento de riscos, a formulação de diretrizes educativas e a implementação de medidas protetivas ao público infantojuvenil. Esse esforço multisetorial potencializa o combate à violência, assegurando a edificação de espaços de aprendizado mais seguros e acolhedores.

Conclui-se, destarte, que a mútua cooperação entre os âmbitos escolar, familiar e policial configura um valioso mecanismo para o fomento da harmonia social e da cidadania, maximizando a eficácia das diretrizes preventivas e ampliando o amparo social no ecossistema educacional.

#### **4.4 Desafios da atuação policial no ambiente escolar**

Conquanto sejam notáveis as iniciativas de cunho preventivo implementadas pela Polícia Militar do Pará nos estabelecimentos de ensino, múltiplos entraves ainda obstaculizam a consolidação de uma atuação perene e abrangente no ambiente escolar. Dentre os óbices preponderantes, destaca-se a escassez de contingente humano e de insumos materiais direcionados às políticas estatais de segurança e prevenção.

A defasagem no efetivo da corporação, a carência de viaturas e de aparatos tecnológicos, somadas às fragilidades logísticas do setor público, fragilizam a sustentabilidade das intervenções de caráter contínuo nas escolas. Frequentemente, as exigências da coletividade ultrapassam a capacidade de resposta operacional dos órgãos de segurança.

Ademais, impõe-se o desafio concernente à qualificação técnica. O policiamento

no ambiente escolar demanda competências específicas, tais como mediação de conflitos, direitos humanos, psicologia do desenvolvimento infantil e abordagens pedagógicas. Todavia, os profissionais nem sempre dispõem de instrução condizente com as complexas dinâmicas sociais que permeiam a rotina escolar.

Cumpra considerar, outrossim, as fronteiras institucionais de atuação. Embora a Polícia Militar detenha a incumbência constitucional de preservação da ordem pública, a mitigação da violência nas escolas pressupõe o engajamento conjunto de políticas de assistência social, educação e mobilização comunitária. Por conseguinte, é incoerente atribuir exclusivamente à corporação o encargo de debelar tais vulnerabilidades.

Configura-se também um cenário de fricção sociocultural diante do policiamento no ambiente de aprendizagem. Segmentos sociais tendem a vincular a presença militar exclusivamente a expedientes repressivos, o que embaraça o estreitamento de vínculos de confiança com os discentes. À vista disso, urge consolidar diretrizes de policiamento comunitário respaldadas na interlocução horizontal, na alteridade e na proximidade social.

Sobressai igualmente a premência de políticas transversais e integradas. O enfrentamento das hostilidades no meio escolar requer a sinergia entre os setores de educação, desenvolvimento social, saúde, segurança e a própria sociedade civil. A fragmentação entre essas esferas de governança arrefece a eficácia das medidas preventivas, obstaculizando a resolução dos fatores estruturantes da violência.

Frente a tais problemáticas, revela-se imperioso canalizar aportes financeiros substanciais em programas de prevenção, aprimorar a capacitação dos agentes envolvidos e fomentar iniciativas intersetoriais viabilizadoras de um ecossistema educacional seguro, plural e humanitário.

## **5 METODOLOGIA**

Este estudo configura-se como uma investigação bibliográfica e documental, pautada em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. O cerne da análise reside na atuação da Polícia Militar do Estado do Pará no tocante à prevenção da violência no ambiente de ensino, sob a perspectiva de suas contribuições pedagógicas e institucionais nesse cenário.

A fundamentação teórica estruturou-se mediante o exame minucioso de tratados, periódicos científicos, monografias, dissertações e demais produções intelectuais voltadas à segurança pública, policiamento comunitário e mediação de conflitos escolares. O referencial consultado evidencia que a hostilidade no meio escolar se manifesta como um fenômeno multifacetado, condicionado por determinantes socioeconômicos, culturais e familiares, o que demanda intervenções articuladas entre o corpo docente, o núcleo familiar e os órgãos estatais.

Optou-se pela vertente qualitativa por propiciar uma compreensão hermenêutica e crítica das estratégias preventivas implementadas pela corporação militar na comunidade escolar. Essa modalidade metodológica viabiliza descortinar as dinâmicas sociais por meio de suas representações e repercussões no cotidiano acadêmico, ponderando as variáveis institucionais e sociais inerentes à mitigação de atos violentos.

A vertente descritiva da investigação justifica-se pelo propósito de mapear e avaliar os principais mecanismos de prevenção adotados pela Polícia Militar paraense nos estabelecimentos de ensino, com especial ênfase em patrulhamentos escolares, projetos pedagógicos, colóquios de sensibilização, conciliação de dissídios e ações integradas voltadas ao fomento da harmonia social.

No que tange ao acervo documental, as fontes selecionadas compreenderam tratados acadêmicos, dispositivos legais e diretrizes governamentais correlatas à temática. Sobressaem, nessa análise, a Carta Magna de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instrumentos jurídicos que salvaguardam a proteção integral da juventude e consagram a instrução e a incolumidade pública como prerrogativas inalienáveis.

O percurso analítico deu-se pela exegese e sistematização do corpus documental e bibliográfico previamente selecionado. Tal procedimento permitiu apreender as formulações teóricas vigentes acerca do fenômeno da violência escolar, bem como mensurar a relevância das atividades de cunho preventivo lideradas pela instituição militar na consolidação de um ambiente escolar harmônico e seguro.

Destarte, o arcabouço metodológico adotado logrou êxito em congregar preceitos teóricos e diretrizes institucionais aptos a embasar o debate sobre a premência de ações preventivas diante da vulnerabilidade escolar, estimulando a reflexão acerca das incumbências dos organismos estatais na edificação da cidadania e na disseminação

de valores pacíficos no espaço pedagógico.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A investigação conduzida ao longo deste estudo viabilizou a compreensão de que a violência no âmbito escolar configura um fenômeno social de alta complexidade, intrinsecamente associado às disparidades socioeconômicas, à vulnerabilidade da juventude, ao enfraquecimento dos laços familiares e à escassez de políticas públicas intersetoriais. Os dados decorrentes do exame bibliográfico e documental evidenciam que as instituições de ensino têm confrontado óbices severos atinentes à sociabilidade, à exacerbação de atritos interpessoais e a manifestações de agressividade de naturezas diversas, as quais acometem discentes, docentes e o corpo administrativo.

Os referenciais escrutinados revelam que o fenômeno violento na escola ultrapassa o domínio das agressões físicas, englobando também hostilidades psicológicas, simbólicas e de caráter verbal, as quais prejudicam o amadurecimento cognitivo e emocional dos discentes. Constatou-se, sob esse prisma, que episódios de intimidação sistemática (bullying), preconceitos, coações, marginalização social e ofensas orais tornaram-se recorrentes na rotina escolar, repercutindo negativamente no desempenho acadêmico, na evasão escolar e na eficácia do processo de ensino aprendizagem.

Fundamentando-se nas perspectivas teóricas propostas por pensadores como Miriam Abramovay, Pierre Bourdieu e Bernard Charlot, depreende-se que as manifestações violentas no ecossistema escolar espelham mazelas estruturais da sociedade, a exemplo da estratificação socioeconômica, da marginalização financeira, da intolerância e do déficit de perspectivas para o público infantojuvenil desassistido. Consequentemente, o ambiente escolar acaba por mimetizar e reverberar antagonismos externos que transcendem suas fronteiras institucionais.

No tocante à intervenção da Polícia Militar do Estado do Pará, os resultados atestam que as medidas de caráter preventivo promovidas pela corporação exercem um papel proeminente na consolidação da segurança escolar. O policiamento preventivo setorial, a realização de colóquios pedagógicos, as campanhas de sensibilização e as dinâmicas de orientação voltadas aos alunos apresentam eficácia expressiva na

mitigação de delitos e no fomento a uma convivência pacífica no interior dos estabelecimentos de ensino.

Os projetos educativos capitaneados pela força policial revelaram-se cruciais, notadamente no que tange à dissuasão do consumo de entorpecentes, à coibição do bullying e à instrução dos jovens acerca de preceitos de cidadania, deferência mútua e harmonia social. Ademais, o policiamento preventivo intramuros propicia uma elevação na percepção de segurança de discentes, educadores e responsáveis, estreitando a cooperação entre a coletividade acadêmica e os órgãos estatais.

Outro aspecto de relevo descortinado pelo estudo concerne à valia do policiamento comunitário como vetor de aproximação entre a força pública e a sociedade civil. Esse paradigma preventivo, pautado na interlocução permanente e na sinergia mútua, enseja uma integração robusta com o corpo escolar e viabiliza a implementação de estratégias focadas na prevenção primária da violência. Tal estreitamento de laços revigora a credibilidade das instituições de segurança perante os cidadãos, corroborando para o estabelecimento de vínculos mais humanitários.

Contudo, o diagnóstico também descortina entraves substanciais ao pleno êxito da práxis policial no espaço educacional. Sobressaem-se a escassez de contingente e de insumos operacionais, a exigência de uma formação técnico-pedagógica especializada para os agentes, as demarcações de competência institucional e a objeção de determinados segmentos sociais à atividade policial nas escolas. Esses percalços explicitam que a tutela da integridade escolar e a prevenção de conflitos não podem recair sob a responsabilidade exclusiva do aparato de segurança pública.

Diante deste cenário, evidencia-se a premência de se robustecerem políticas governamentais transversais que congreguem as pastas da educação, da segurança e da assistência social, em consonância com o engajamento comunitário. O combate ao fenômeno em voga demanda estratégias coordenadas e aptas a intervir não somente nos efeitos imediatos das infrações, senão, prioritariamente, em suas matrizes sociais e estruturantes.

As reflexões empreendidas sinalizam, ademais, que a edificação de uma cultura de paz repousa sobre a primazia da conciliação, da mediação de controvérsias e do desenvolvimento da consciência cívica dos educandos. O recinto escolar deve ser concebido como um reduto de acolhimento, equidade e promoção humana, no qual a

incolumidade pessoal seja assegurada mediante o esforço cooperativo entre o núcleo familiar, a sociedade e o Estado.

Conclui-se, por conseguinte, que os achados científicos comprovam que as iniciativas preventivas levadas a cabo pela Polícia Militar do Pará ostentam notável relevância no combate à hostilidade escolar, potencializando seus efeitos quando harmonizadas a práticas pedagógicas e à mobilização social. Todavia, mostra-se premente intensificar os recursos direcionados a ações públicas de prevenção e consolidar a cooperação entre escola, núcleo familiar, comunidade e forças de segurança, visando assegurar espaços pedagógicos substancialmente protegidos, democráticos e acolhedores.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo propôs-se a examinar a atuação da Polícia Militar do Estado do Pará no âmbito da prevenção da violência no meio escolar, evidenciando seus aportes teóricos e institucionais na elaboração de iniciativas de caráter preventivo voltadas a assegurar a incolumidade e a harmonia social no ecossistema pedagógico. Mediante as análises empreendidas, constatou-se que a hostilidade no ambiente escolar se configura como um fenômeno multifacetado e de elevada complexidade, imbricado a determinantes de ordem socioeconômica, cultural e familiar que interferem de maneira direta no cotidiano das unidades de ensino.

No decorrer da investigação, evidenciou-se que as práticas violentas na esfera escolar transcendem o dano físico, englobando também dimensões de ordem psicológica, simbólica e verbal que prejudicam a evolução psicossocial, afetiva e cognitiva dos educandos. Sob essa ótica, a intervenção profilática promovida pela corporação militar paraense consolida-se como um relevante vetor de tutela social, operacionalizado notadamente por intermédio de projetos pedagógicos, patrulhamento direcionado, preleções orientadoras, resolução pacífica de controvérsias e projetos de integração comunitária nas dependências escolares.

Os debates suscitados demonstraram outrossim que a mitigação desse agravo requer a articulação sinérgica entre diversos atores sociais. A cooperação mútua entre o corpo docente, o núcleo familiar, a sociedade civil e os aparatos de segurança pública

revelam-se imprescindível para consolidar os mecanismos de prevenção e para erigir espaços de aprendizagem mais seguros, inclusivos e pautados pela dignidade humana. Essa convergência interinstitucional propicia o exercício da interlocução, o engajamento cívico e o delineamento de diretrizes vocacionadas ao fomento da cidadania e à consolidação de uma cultura de paz.

Ademais, sobressaiu a premente necessidade de revigorar as políticas públicas de cunho preventivo. O combate eficaz às manifestações de violência escolar demanda aportes financeiros e estruturais em educação, segurança, assistência social e capacitação profissional, somados à expansão de ações formativas que disseminem preceitos éticos como a alteridade, a solidariedade e a convivência democrática. Sob tal prisma, a via preventiva consubstancia-se como um caminho substancialmente mais profícuo e humanizado do que a adoção de medidas de caráter meramente punitivo.

A edificação de um ambiente escolar harmônico vincula-se ao apreço pela conversação, pela autocomposição de litígios e pela implementação de metodologias de ensino voltadas à formação ética do cidadão. O educandário há de ser concebido não meramente como um ambiente de transmissão de saberes, mas como um núcleo de acolhida, inserção social e desenvolvimento humanístico. Salvaguardar a integridade física e psíquica no recinto escolar equivale a prover as prerrogativas indispensáveis ao pleno florescimento de crianças e jovens.

Em suma, depreende-se que a pedagogia preventiva e a mobilização comunitária figuram como pilares fundamentais para mitigar o fenômeno da violência escolar. A consagração da escola como território seguro e plural impõe a corresponsabilidade entre a administração pública, as forças de segurança, as famílias e a coletividade. Por meio desse esforço conjunto, viabiliza-se o revigoreamento das iniciativas de prevenção e a estruturação de laços sociais mais harmônicos, concorrendo para a formação de indivíduos conscientes de seus deveres, zelosos pela concórdia e agentes de mudança social.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Miriam. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CHARLOT, Bernard. *A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Sociologias, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.

PARÁ. Polícia Militar do Estado do Pará. *Policciamento comunitário e ações preventivas no ambiente escolar*. Belém: PMPA, [s.d.].